

Negociação coletiva no serviço público começa a sair do papel

Algumas agendas históricas do funcionalismo vão e voltam, de acordo com os humores do governo de plantão. É o caso da regulamentação da Convenção 151 da OIT, que estabelece a negociação coletiva no serviço público. A proposta entrou no radar do Executivo, o que não quer dizer que, dessa vez, terá caminho livre para ser aprovada no Congresso. Hoje, a gente conta um pouco dessa novela, que se arrasta há mais de uma década. Boa leitura!

Anunciada em abril, a discussão entre o governo federal e os sindicatos para formalizar a negociação coletiva dos servidores públicos de União, estados e municípios, por meio da regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), finalmente começou. O Executivo promoveu, em outubro, a primeira reunião de um grupo de trabalho bipartite (governo e sindicatos) que vai estruturar a proposta. O decreto que criou o GT é de agosto.

Esse debate deve se estender, pelo menos, até o final de janeiro, antes de o texto da regulamentação seguir para o Legislativo, onde não se espera vida fácil para a proposta. O impasse sobre o tema se arrasta há 12 anos, quando terminou o prazo para que o Brasil se enquadrasse nos princípios da convenção, aprovada pelo Congresso em 2010.



A regulamentação da Convenção 151 da OIT trata do direito de sindicalização e das relações de trabalho na administração pública. Em última análise, o texto cria regras para a negociação coletiva nos três níveis de governo, com instrumentos de mediação, conciliação e arbitragem, e normatiza o direito de greve no serviço público.

Embora tenha o apoio da atual gestão, o assunto é controverso, uma vez que estabelece critérios de negociação que deverão ser seguidos por todos os entes públicos.

Uma proposta (PL 3.831/2015), de autoria do ex-senador Antonio Anastasia, chegou a ser aprovada pelo Congresso, porém seu conteúdo foi vetado pelo ex-presidente Temer, em 2017. Na ocasião, o governo argumentou que havia vício de iniciativa, uma vez que a matéria deveria ter origem no Executivo.

O diretor da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público

Federal (Condsef) e da CUT, Pedro Armengol, reconhece que a regulamentação da Convenção 151 ainda enfrentará inúmeras dificuldades até a sua aprovação. Na avaliação de Armengol, um dos temas mais relevantes é abrir o diálogo com governos estaduais e prefeituras.

"É preciso avançar no entendimento de que negociar não significa que haverá acordo. Nós queremos que as partes tenham um espaço para negociar os conflitos. Em outros países, como Estados Unidos e Portugal, é assim. Por essa razão, pedimos ao governo que convide os estados para terem assento no grupo de trabalho", explica o sindicalista.

Na segunda-feira (16/10), o presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (Consad), Fabrício Barbosa (Amazonas), informou à newsletter Por Dentro da Máquina que o colegiado recebeu o convite e aceitou participar das discussões.

Fonte: Jota – Condsef

EUA vetam proposta do Brasil para a Faixa de Gaza e guerra pode se alastrar

Com 12 votos a favor e duas abstenções no Conselho de Segurança da ONU, nesta quarta-feira (18), a proposta brasileira para uma pausa humanitária na Faixa de Gaza, foi impedida pelos Estados Unidos. Para ser aprovada bastavam nove votos, porém os norte-americanos têm poder de veto. As abstenções foram da Rússia e Reino Unido.

O veto norte-americano foi em decorrência da Rússia ter acrescentado à resolução brasileira um pedido de cessar-fogo imediato e a condenação aos ataques contra o hospital de Al Ahli, em que 500 pessoas morreram, após um míssil atingir o local. Os palestinos acusam Israel pelo ataque que acusou o grupo Jihad Islâmica, que negou a autoria do ataque. Para governos palestinos da região, Israel foi o responsável pelas centenas de mortes.

O Brasil, nas últimas horas, amenizou o texto da sua resolução na esperança de conseguir o apoio dos EUA. Mas antes mesmo do processo negociador começar, a Casa Branca já havia avisado ao Itamaraty que os americanos não queriam qualquer tipo de ação do Conselho de Segurança sobre o tema, segundo o correspondente da Folha, Jamil Chade.

Após cinco dias de intensas negociações, o Itamaraty esperava que o documento fosse considerado equilibrado o suficiente para evitar vetos dos EUA ou da Rússia. No entanto, isso também não foi suficiente. O Conselho da ONU se reuniu



em três ocasiões desde o início da nova fase do conflito, mas, devido à exigência dos americanos, essas reuniões ocorreram a portas fechadas, e não houve consenso para pedir o fim da violência. O veto foi o que impediu a aprovação de um acordo.

Nos últimos sete anos, o Conselho não havia conseguido aprovar nenhum entendimento entre as potências no que se refere à crise entre palestinos e israelenses.

"Infelizmente, o silêncio e inação prevalecem", lamentou o embaixador do Brasil na ONU, Sérgio Danese. Para ele, o projeto era equilibrado e lembrou que os civis não podem continuar sofrendo.

Enquanto isso o presidente dos EUA, Joe Biden, em viagem a Israel prometeu ajuda militar "sem precedentes" ao país e acendeu um alerta para amplia-

ção do conflito no Oriente Médio.

A proposta brasileira

A proposta brasileira condenava os ataques terroristas e toda a violência e hostilidades contra civis e todos os atos de terrorismo; exigia a imediata e incondicional libertação de todos os reféns civis e pedia ainda pausas humanitárias para permitir acesso humanitário total, rápido, seguro e sem obstáculos para agências humanitárias das Nações Unidas e seus parceiros implementadores, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e outras organizações humanitárias imparciais, e incentivava o estabelecimento de corredores humanitários e outras iniciativas para a entrega de ajuda humanitária a civis, entre outras propostas.

Fonte: CUT